“Mercado” e “Globalização” “Market” and “Globalisation” “Mercado” y “Globalización”

O artigo trata de como se ilude o mundo com a idéia de “mercado” e de como ela traz uma nova “Idade das Trevas”: a chamada “globalização”, processo de domínio universal de um sistema de valores originário da Inglaterra, sua história e suas dificuldades de sociedade industrial.

This article deals with the illusion of the “market” idea and how it brings the new “Darkness Age”: the current concept of “globalization” - a process of universal control, in a system with its values originated in England, with the industrial society’s story and its difficulties.

El artículo trata como ilusiona-se el mundo con la idea de mercado y como trae una nueva época de las tinieblas: la llamada globalización, proceso del dominio universal de un sistema de valores cuya origen está en Inglaterra, su historia y sus dificultades de sociedad industrial.

Palavras-chave: mercado, dinheiro, globalização, universalistas, sistemas de valores.

Autor:

Prof. Valter Duarte

Professor de Ciência Política da UFRJ e da UERJ, mestre em Ciência Política pelo IUPERJ e doutor em Economia pelo IE da UFRJ.
E-mail: valterduarte@yahoo.com.br

Introdução

Em uma Alemanha recém-unificada sob a liderança de um grande líder militar, incendiada por propaganda nacionalista e pela importância atribuída a seu Estado como condutor de seu povo a um papel de responsabilidade mundial entre outras grandes potências, Nietzsche, através de seu Zarathustra, referiu-se, do seguinte modo, ao “novo ídolo”: “Chama-se Estado o mais frio de todos os monstros frios”.

Falava então de algo não-humano, sem sangue, sem nervos, sem carne, sem corpo, sem alma. Falava, assim, de valores, apenas deles, que eram representados e adorados como se formassem uma entidade além e acima de tudo e de todos, na qual a ausência de sentimentos e desejos impunha a sua autoridade; daí por que “monstro frio”.

A história subsequente da Alemanha é bastante conhecida: entrou na competição imperialista no final do século XIX e na corrida armamentista do início do século XX; aliou-se a um pequeno grupo de países na grande guerra de 1914 a 1918; foi derrotada e submetida a uma série de imposições; superou-as sob liderança nazista; aliou-se novamente a outro pequeno grupo de países e de combatentes de quinta-coluna na grande guerra de 1939 a 1945; foi novamente derrotada e veio a ser dividida em duas partes, que existiram como ordens políticas opostas até a sua recente unificação.

Não foram, no entanto, outros adoradores de “monstros frios” os que derrotaram o “novo ídolo” alemão e os seus aliados; foram adoradores de “democracia”, nesse sentido especial, liberal, que tentam universalizar por meios que fazem de qualquer maquiavelismo, vulgar ou não, uma brincadeira inocente. Foram eles que, nascidos nas lutas contra o absolutismo, renasceram na guerra contra alguns dos Estados totali-

tários que cresceram ou surgiram durante a grande crise capitalista na década de 1930.

Eles não haviam inventado um “novo ídolo” mas sim um lugar para existir na mente dos homens que tinha que ser expresso na prática, mais precisamente nas relações ideológicas entre proprietários privados, como um lugar sagrado, proibidos a todos os reis e, mais tarde, a todos os “monstros frios”; uma invenção que, naqueles anos, estava sob suspeita: o “mercado”.

O “mercado” fora inventado na sequência da luta política de proprietários privados de meios de produção contra seres de carne e osso: os reis absolutos. Foi na ausência destes, em um período de crise financeira internacional, quando os seus mecanismos de recuperação não funcionavam - até porque jamais existiu tanto o “mercado” quanto os seus mecanismos - que alguns “monstros frios”, reverenciados sob a liderança de sacerdotes como Hitler e Mussolini, foram oferecidos como solução, não para salvá-lo, mas para salvar a propriedade privada de meios de produção dos seus inimigos anarquistas e comunistas. Só que este papel era insuficiente para devolver aos “monstros frios” o que fora tomado aos reis: o poder de comando nas atividades voltadas para obtenção de dinheiro.

É preciso deixar bem claro: estou dizendo que o “mercado”, ou o “sistema de mercado”, é uma invenção. Devo, todavia, lembrar que não é uma invenção como o automóvel, o submarino, o avião, o computador ou a televisão, que representam materialização de sonhos, de vontade de criar para além do mundo que existe. Ele foi inventado como se fosse uma descoberta, como se fosse realidade; por estranho que pareça: como a descoberta de uma realidade que não existia, mas que viria a existir se os homens fossem deixados livres para exercerem as suas tendências naturais para a troca; uma realidade onde o equilíbrio geral nas trocas representaria ordem e justiça não estatais.

Considero, pois, que o “mercado”, que é proibido a reis e a “monstros frios”, ao contrário de outras invenções, jamais foi realizado, nem será; muito menos com mecanismos de autorregulação. Está em seu lugar, há muito tempo, um sistema de circulação de direitos no qual o dinheiro vem a ser um dos seus mais significativos elementos: uma expressão jurídico-política, um direito de apropriação de representações sociais de força de trabalho ou de espaços politicamente garantidos, que é aritmetizado, distribuído, trocado, concentrado, retido,

* Original em português de artigo publicado em espanhol no número 1 da *Revista Perú Contemporáneo* do Departamento de Ciências Sociais da Universidad Nacional Mayor de San Marcos, novembro de 2000.

negado e cuja circulação passa por períodos de colapsos parciais, que, em caso de serem de grande extensão em uma sociedade ou em relações internacionais, vêm a ser o que chamam de "crises econômicas".

E é no dinheiro que está a maior das contradições dos inventores do "mercado"; que não se esqueça: uma contradição insuperável. Afinal, o dinheiro era e continua sendo o objeto de seus desejos, o objeto para o qual um dia fizeram voltar a produção de bens, começando assim o que penso ser, até hoje, a maior subversão de valores da história. Só que as práticas mostraram que o dinheiro não podia estar sujeito a tantas particularizações quantos fossem os seus pretendentes. Foi necessário que buscassem padronizá-lo. Tal necessidade acabou por fazê-lo um representante de todas as centralizações políticas, representando tanto reis quanto "monstros frios". Por isso, os grandes teóricos da criação do "mercado", os clássicos da Economia Política, o disseram neutro, uma não-riqueza, um não-objetivo, um subordinado político, um meio de circulação apenas. Sem dúvida: entre o dinheiro, que representava reis, e as mercadorias, que representavam produtores privados, estas foram elevadas à condição de "riqueza", por serem mecanismos de auto-regulação persista, pois é nela que está a sua força política. Da mesma forma, não lhes importa a concepção de "mercado" que cada um possa ter, desde que se creia ser o "mercado" o lugar da liberdade, das oportunidades para todos e da justiça, expressas em relações de equilíbrio e em vitória dos aptos e eliminação dos inaptos; isto, aliás, um dos desejos inconfessáveis mais alaistrados que suponho existir. Desde que assim seja, cada um que o pense como puder ou quiser, porque, afinal, eles, os que sustentam a invenção, sabem muito bem o que estão querendo, embora não possam acreditar que saibam do que estão falando.

No entanto, não se deve supor que a inexistência do "mercado" seja uma preocupação para os que sustentam a sua invenção. O que lhes importa é que a crença na sua existência e nos seus mecanismos de auto-regulação persista, pois é nela que está a sua força política. Da mesma forma, não lhes importa a concepção de "mercado" que cada um possa ter, desde que se creia ser o "mercado" o lugar da liberdade, das oportunidades para todos e da justiça, expressas em relações de equilíbrio e em vitória dos aptos e eliminação dos inaptos; isto, aliás, um dos desejos inconfessáveis mais alaistrados que suponho existir. Desde que assim seja, cada um que o pense como puder ou quiser, porque, afinal, eles, os que sustentam a invenção, sabem muito bem o que estão querendo, embora não possam acreditar que saibam do que estão falando.

Como se lembrasse das raízes religiosas do "mercado", referem-se a ele, hoje em dia, como o caminho único da salvação neste mundo, embora não tenha sido sempre assim. Em tempos de Revolução Científica Moderna, quando as ciências correspondiam também a formas de praticar religião, a formas de ir a Deus através das leis naturais por ele criadas e não através das estruturas eclesásticas hierarquizadas e de reis absolutos a elas associados, o "mercado" foi criado para ser uma entre outras salvação terrenas.

Mas as chamadas "ciências naturais" foram, aos poucos, sendo afastadas de seus significados políticos e religiosos originais, sendo mesmo levadas a uma oposição a tudo que representasse política ou religião. As "leis" científicas, que foram inicialmente "confirmações" da construção divina do mundo, passaram, em concepções materialistas, a representar uma espécie de autonomia da natureza. Expressas por uma "razão" proclamada única e autônoma, vieram a ser tratadas como um mundo à parte, neutro, no mais extenso sentido que a noção de neutralidade pudesse atingir. Concebeu-se uma relação positiva entre ciência, técnica e progresso que levou a ciência deste mundo a isolar-se de seu próprio mundo, mais especificamente, daquilo que seria o mundo dos homens em sociedades, mesmo sendo pensada como uma de suas benfeitoras. O problema é que, ao serem tratadas como realidades para além das coisas mundanas, as ciências naturais foram sendo afastadas daquilo que um dia haviam

também significado: salvação, justiça, ou a explícita possibilidade de alcançá-las por caminhos naturalistas.

Do lado do pensamento voltado para temas sociais, isso não chegou a ocorrer. Ainda que consideremos os projetos de Saint-Simon e Augusto Comte, que foram tentativas de fundar uma ciência social com esse "espírito científico", de chegar a uma justiça "cega" porque científica, a neutralidade esteve sempre longe de discursos, teses ou produções filosóficas nas quais salvação e justiça apareceram sob perspectivas conservadoras, reformistas, revolucionárias ou de qualquer outro sentido social que seja possível considerar.

Foi aí que a importância do "mercado" cresceu como instância de salvação e justiça em oposição a reformas e revoluções. Passou o "mercado" a ser a garantia de que não era preciso mudar, pois nele estaria, para ser obtido por meios pacíficos, a ele inerentes, tudo o que reformas e revoluções prometiam, mas não garantiam, e por meios, em geral, violentos.

É certo que o prestígio social do "mercado" não é absoluto e que também não foram eliminadas as perspectivas e os sonhos reformistas ou revolucionários. Só que estes ocorrem quando cada um pensa em sociedades globalmente. Quando cada um pensa na sua própria sorte, por mais revolucionário que seja, sua tendência, enquanto espera as condições para revolução, é voltar-se para o "mercado", tal como reformistas e conservadores fazem sem maiores remorsos. O "mercado", então, por ser suposto como ordem dentro do caos social, devido a ser tratado como o lugar, em que se chega legalmente à sobrevivência material, torna-se o alvo desse "salve-se quem puder" de conveniências, que tem sido chamado de "capitalismo selvagem".

Pode ser dito que aí não está nada demais e que tudo isso não passa de conhecida obviedade, uma vez que todos têm que tratar primeiro do "econômico". Digo, no entanto, que não é bem assim: todos procuram entrar no circuito jurídico-político, na circulação de direitos que dá acesso aos meios de subsistência material em sociedades. Em outras palavras: todos procuram entrar no circuito jurídico-político, na circulação de direitos, que não é natural, que não é deixada aos seus próprios impulsos, porque é meio de controle, o meio de controlar o acesso aos meios de produção, aos meios de subsistência material e às diversas representações sociais de força de trabalho e de várias garantias sociais. Isso não tem nada de econômico; isso é pura política, resultado de violência pregressa e de violência implícita, presumida, sugerida, para manter o que está juridicamente estabelecido. Chamam a isso de "mercado". E que não se pense que dá no mesmo, porque não dá no mesmo de forma alguma.

Quando lemos tudo o que Nietzsche escreveu sobre o "novo ídolo" – pois foi bem mais longe do que chamá-lo de "monstro frio" – e sabemos quantas vezes na história os inventores do "mercado" o derrotaram, podemos começar a pensar no poder dessa invenção. A pensar e a temer, pois a criação do imaginário da Economia Política produziu uma força cultural em torno da qual tudo vai sendo subjugado e cujo fim último não é senão o de manter o que pode ser chamado de paradoxo monetário: para além das necessidades de consumo, quanto mais dinheiro, menos proporcionalmente ele será necessário para o seu possuidor e cada vez mais estará restrito a uma função: a de ganhar mais dinheiro.

Enfim, controla-se as relações sociais com um sistema de circulação de direitos. Além disso, controlam-se as mentes com um imaginário no qual o "mercado" aparece como solução para tudo; pois, da miséria à fartura, passando por todas as diferenças entre os povos, diz-se que não há o que não possa ser explicado por ele: por sua ausência ou por seu desenvolvimento. Diz-se,

também, que nada é neutro e justo como ele; que só ele pode ser perfeito e que pode ser fonte natural de democracia.

Como o deus aristotélico, que atrai mas não intervém, o mercado está aí para ser o absoluto político: o ponto final. Ele está na preparação e na execução de um novo projeto universalista e traz, como outros projetos semelhantes, uma nova "Idade das Trevas", que já estamos vivendo.

Deve-se considerar a nova "Idade das Trevas" como o processo ao qual chamam de "globalização". Seu fim seria a integração de todas as partes do mundo, sejam estas pensadas como coletivas ou individuais.

De certo modo, quase nos obrigam a pensar que globalização seria apenas o processo de criação de meios de comunicação em condições de pôr em contato sujeitos de todas as partes do mundo: uma espécie de maravilhoso resultado do avanço tecnológico em geral. Porém, é preciso lembrar – e aqui vai uma preocupação clássica da Sociologia – que, sem fatores integrativos das partes, fatores não propriamente materiais e sim sociais ou políticos, como se queira chamá-los, esse processo não se faz possível. Nós sabemos, por exemplo, o quanto esse processo implica definir uma língua comum para a comunicação entre todos e nós sabemos também que esta língua não tende a ser o Esperanto ou qualquer outra idealizada para ser politicamente neutra. Sem dúvida, a idéia de que esse processo seria neutro já encontraria neste primeiro ponto um problema de superação quase impossível.

Em rigor, globalização vem a ser um processo de expansão de um sistema de valores com pretensões universalistas, isto é, para ser aceito como válido em máxima extensão, e, assim, ser vivido por todas ou quase todas as partes humanas do mundo. Seus fatores integrativos tendem a ser: uma língua de máxima influência mundial, moeda cujo sistema seja o de referência comum aos demais sistemas monetários, tolerância religiosa e tolerância de diferenças em geral, desde que subordinadas todas estas últimas a valores políticos únicos, bases de um único sistema político, comum a todos os diferentes, porém sempre particularmente realizado, jamais único superposto a todos os particulares. Afinal, o sentimento de diferença, posto que pode representar sentimento de liberdade comum, pode ser também fator integrativo.

Na história, o primeiro processo político de pretensões universalistas parece ter sido o de Alexandre da Macedônia, relacionado então ao sistema de pensamento de Aristóteles, uma filosofia criada para ser a única válida, universal. Depois desse, pode-se falar no extenso domínio romano sobre povos e territórios. A sua expansão nos leva a pensá-la como um processo semelhante. Mas o problema é que não parece ter havido uma doutrina de pretensões universalistas a impulsioná-lo. E sem ela fica um pouco difícil falar que tenha sido realmente um projeto de domínio único no mundo e não uma sucessão de expansões por motivos eventuais.

De pretensões claramente universalistas, globalização típica em um mundo que ainda não era pensado como redondo pelos homens foi o ideal chamado de "Cristandade": o de se fazer uma única comunidade no mundo em nome de Cristo e da doutrina inspirada nas Sagradas Escrituras. Começou a ser pensado provavelmente no século VI e a ser executado a partir do século VIII. A formação de seus fatores integrativos se deu por meio da catequização, educação que até hoje prossegue sendo feita, embora subordinada à educação política liberal, que, na história dos europeus e dos povos por eles mais influenciados, a dominou e a substituiu. Sua decadência começou talvez por volta do século XVI, embora as suas raízes fossem anteriores em pelo menos dois séculos, mas a sua superação só se deu mesmo a partir de 1830, como já indicado, pelos valores liberais.

Vale, enfim, dizer: foram os valores aparecidos na Inglaterra, por conta de sua história e de dificuldades próprias de sua sociedade industrial com problemas de abastecimento, aqueles que se espalharam pelo mundo no século XIX. Com eles, formou-se uma ordem de extensão universal, até que a Primeira Guerra Mundial e as suas conseqüências fizeram-na regredir à própria Inglaterra, aos Estados Unidos e às partes diretamente dominadas por ambos, e não mais às indiretamente dominadas.

Após a Segunda Guerra Mundial, favorecidos pela comparação com o tipo de regime político, que haviam derrotado nesse conflito, esses valores voltaram a ampliar a sua influência no mundo, enfrentando a partir daí uma outra oposição: a do ideal comunista, em grande parte fortalecido pela existência da União Soviética. Porém, com o colapso desta última em 1989 e o já estabelecido controle sobre os países exportadores de petróleo, que na década de 70 lhes haviam dado um grande susto, os liberais – ou neoliberais, se preferirem, porque aqui se fala dos de hoje em dia – mentores da atual globalização, vendo os seus maiores inimigos na China, em Cuba, na Coreia do Norte, no Vietnã e nos países muçulmanos, puseram em andamento esse novo processo de pretensões universalistas. Em rigor, lembrando os fatores integrativos anteriormente citados, suas bases são: as instituições políticas liberais (em favor das quais roubaram e monopolizaram a palavra "democracia", com todo o peso do seu significado etimológico), a crença na existência de um "sistema de mercado" a ser expandido pelo mundo (uma das maiores mentiras científicas da história), o dólar (como moeda internacional) e a propaganda em favor de desarmamento e paz.

Tem-se admitido que o ponto de partida para o renascimento de um domínio político dessa qualidade em extensão mundial terá ocorrido em 1979 quando Margaret Thatcher citou os trabalhos do pensador austríaco Friedrich August Hayek, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1974, como as principais referências, para uma então necessária reorientação do capitalismo, fazendo menção especial à obra *O Caminho da Servidão*, publicada, em 1943. De fato, os trabalhos de Hayek foram produzidos como uma espécie de resistência isolada durante os mais difíceis anos pelos quais passou o ideário liberal. Foram os anos nos quais as idéias de Keynes, as suas deturpações e os seus exageros apareceram e ganharam prestígio acadêmico e aplicação política. Foram os anos nos quais – desde a recuperação e incremento da produção de consumo na Europa e nos Estados Unidos, favorecida pelo desenvolvimento tecnológico da Segunda Guerra Mundial e pela necessidade de competir em termos de qualidade de vida com a União Soviética – os índices de crescimento levaram a crer na maior eficiência de planejamento e controles centrais. Por isso, ao mesmo tempo em que resistiam nos trabalhos de Hayek, e com eles até ganhavam novos recursos argumentativos, as idéias liberais ainda estavam postas à espera de uma nova oportunidade histórica de recuperar o seu domínio. Era apenas questão de que aquela ascensão, hoje chamada de "welfare state keynesiano", chegasse aos seus dias de queda. E eles chegaram.

No início dos "anos 70", apesar de concomitante com a sua tardia repercussão em países periféricos, como no caso do "milagre econômico" no Brasil, esse "welfare state" terminou em uma chamada "fase de desaceleração de crescimento". E, segundo o que se quer impor como definitivo a respeito, essa fase foi agravada a partir de 1974 pelo "choque do petróleo". Seu resultado, então, em grande escala nos países industrializados, veio a ser inflação e desemprego. Ao contrário da grande fase anterior de crescimento acelerado, na qual, segundo se diz, o "bolo" crescera e proporcionara uma divisão geral com a qual todos ganhavam, a nova fase trouxera a diminuição do "bolo" e não podia suportar que to-

dos continuassem a pensar em maximizar os seus ganhos. Era preciso que todos, partidos e sindicatos, em especial, colaborassem na administração da crise optando por sacrificar aumentos salariais em favor de melhor nível possível de emprego. Era o neocorporativismo, em rigor, a única novidade do período, e somente nos países nos quais dominavam os partidos, da chamada "social democracia". O restante ficava por conta dos velhos e dispersos confrontos de classe sem pretensões revolucionárias e das cansadas apreensões burguesas remanescentes dos tempos de Guerra Fria.

Então, em termos de teorias voltadas para a condução do capitalismo, isto veio a significar uma queda no prestígio político das idéias de Keynes e de todo jogo de ensaio e erro de governos na promoção de seguridade social. Por isso, citar Hayek pode ter sido a proclamação de que havia alternativa teórica da qual era possível se servir. Em rigor, é certo que adotar o seu pensamento levaria às mesmas orientações às quais Adam Smith e Ricardo já haviam levado. Hayek, porém, era a sofisticação e a atualização polêmica da velha posição. Além disso, fazia-se uma alternância em relação às dificuldades no debate teórico travado contra as idéias trabalhistas. Ao trabalhismo caberia dali para a frente encontrar, ainda que fosse para defender a mesma coisa, uma nova apresentação teórica. E ela ainda viria na proposta de uma "terceira via".

Em rigor, a chamada "terceira via" não tem grandes novidades. Ela traz o amplamente conhecido ideal de igualdade de oportunidades de ascensão social tão freqüentemente presente no discurso de militantes das mais variadas tendências políticas. Combate o extremismo daqueles que desejam o "sistema de mercado", mas propõem a mesma lógica individualista de livres relações sociais. Lógica esta uma vez também proposta por Pareto, visando ao aparecimento dos melhores em cada atividade, as elites. Porém, se em Pareto a garantia dessa liberdade seria o controle por parte de governos ditatoriais, na "terceira via" a sua garantia seria o controle moral dos resultados dos governos. Aliás, esse moralismo talvez seja uma espécie de renascimento da única tentativa de contribuição ao individualismo, por parte daquilo que um dia foi chamado por Marx de "socialismo conservador". Sua possibilidade de renascer veio de um levantamento dos resultados relativos à ascensão social, no recente período de governo conservador na Inglaterra. A descoberta de que as melhores possibilidades de ascensão social estiveram reservadas por seus titulares para os seus favoritos existenciais - por exemplo, por pais para os seus filhos - deu uma precária oportunidade para os trabalhistas de contestarem a crença de que a promoção da eficiência do "mercado", libertando-o, ainda seria o mais importante meio de promoção de justiça social. E, afinal, essa oportunidade não foi desperdiçada, embora não deva ajudar mais do que à sobrevivência do trabalhismo inglês e de alguns partidos e correntes de "social-democracia" espalhados pelo mundo.

Conclusão

Com certeza, a "terceira via" não é uma resistência às trevas do "mercado". Ela está envolvida nessas trevas, pedindo que se considere um "mercado" de oportunidades de ascensão social e não apenas o "mercado" destinado à plena liberdade do uso do dinheiro para ganhar mais dinheiro. Da mesma forma, também não é resistência o "mercado comum europeu". Sem dúvida, as trevas liberais têm um comando monetário supremo ao qual a comunidade continental europeia tenta resistir com uma moeda internacional alternativa, o Euro. Isto, porém, sem maiores contestações à dominante doutrina obscurantista do que aquelas com as quais ainda se finge ser justificável o atual pluralismo político de caráter francamente conservador.

Quanto aos países endividados do continente americano, ensaia-se, sem muita convicção, alguma coisa parecida com a opção eu-

ropéia: "o mercosul". Mas é apenas uma satisfação dada por alguns governantes a uma espécie de superego político dessas trevas, o qual lhes exige representarem da forma que lhes for possível os seus contraditórios traços de soberania. Aliás, por aqui, na maioria dos governos, não em todos, quase não se tem convicção de nada. Por isso, os homens do chamado "consenso de Washington" com a sua proposta extremista têm exercido uma nefasta influência. Talvez por não poderem atuar ou expandirem-se na Ásia, apresentam-se como salvadores desta parte do mundo e propõem o que acreditam ser a sua única solução possível: uma grande aventura privatizante nesta reserva mundial do capitalismo. Se conseguirem realizá-la, irão prosperar até o seu inevitável esgotamento, e a partir daí irão embora deixando um insuportável aumento de problemas sociais, que os governos jamais resolverão.

Enfim, ainda há povos e imaginação. E o atual colapso doutrinário, que não é mais do que um cerceamento moral imposto pelos donos das trevas, dará vez a um renascimento. Então, novos e antigos ideais encontrarão novas e antigas idéias para confirmar que nenhuma idade de trevas será definitiva, nenhuma delas será o fim da história.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *The works of Aristotle*. Tradução para o inglês de W. D. Ross. "Great Books of Western World". Vol. I e II. Chicago, Encyclopaedia Britannica, 1952.
- DUARTE, VALTER. *Economia: Obstáculo Epistemológico* (mimeo). Instituto de Economia da UFRJ, 1997.
- FIORI, JOSÉ LUÍS. *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- HARRINGTON, James. *The Commonwealth of Oceana & Sistem of Politics*. Cambridge: Ed. J.G.A. Pocock University Press, 1992.
- HAYEK, A.F. *Desestatização do Dinheiro*. Tradução de Heloisa GonçalvesBarbosa. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1986.
- _____. *O Caminho da Servidão*. Tradução de Anna maria Capovilla. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HECKSHER, Eli F. *La Epoca Mercantilista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- HOBBSBAWM, ERIC. *Era dos Extremos*. Tradução de Marcos Santarrita. 2ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- KEYNES, John Maynard. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. New York: Harvest Book, 1991.
- KLAMER, Arjo. *Conversas com Economistas. Os Novos Economistas Clássicos e seus Opositores Falam sobre a Atual Controvérsia em Macroeconomia*. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Pioneira: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra*. Tradução de Mário da Silva. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1980.
- QUESNAY, François. *Quadro Econômico dos Fisiocratas*. Tradução de João Guilherme Vargas Neto. Série Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- RICARDO, David. *The Principles of Political Economy and Taxation*. London & New York, J. M. Deut & Sons LTD & E. P. Dutton & Co. INC., 1948.
- _____. *Notas aos Princípios de Economia Política de Malthus*. Tradução de Regis C. Andrade, Dinah A. Azevedo e Antonio A. Cury. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SMITH, Adam. *The Wealth of Nations*. Edited by Edwin Cannan. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.
- _____. *A Riqueza das Nações*. Tradução de Luiz João Baraúna. "Os Pensadores", São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Artigo enviado em 12/04/2003, aceito em 21/06/2003.